

# A decisão de Sarney

1 MAR 1966

PEDRO DO COUTTO

1 MAR 1966

A política é um campo de tal forma surpreendente que, muitas vezes, o que para muitos, inclusive pessoas de grande responsabilidade, parecia importante ontem, hoje passa a não ter importância alguma. É o caso, por exemplo, do debate que se vinha travando em torno da nomeação do superintendente da Sudene, episódio em que — vejam só — o governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, ameaçava romper com o Presidente se o Sr. Dorany Sampaio fosse confirmado no cargo. Na ocasião, inclusive, de forma oportuna, até o presidente da LBA, Marcos Vilaça, chegou a criticar a atitude do governador, dizendo que ele assumia uma posição mais realista do que o rei. O governador Roberto Magalhães esquecia, vale frisar, que a principal figura do PFL de Pernambuco, senador Marco Maciel, ocupava a chefia do Gabinete Civil, e não apenas isso, mas também, no campo político, praticamente um cargo semelhante ao de primeiro-ministro. A seção partidária, assim, encontra-se plenamente representada no esquema de poder e ostentando posição invejável.

Mas isso foi ontem. Hoje, a discussão em torno de quem é o superintendente da Sudene já não tem a mesma importância. O Governo partiu para uma reforma da maior profundidade, envolvendo, a um só tempo, a área monetária, econômica, financeira, além do lado sa-

larial, este abrangendo diretamente cinquenta milhões de pessoas que formam a mão-de-obra ativa do País. Além disso, legislou sobre os alugueis, a casa própria, instituiu o salário-desemprego.

Assim, surgiu uma nova realidade. O presidente Sarney decidiu enfrentar o desafio inflacionário com uma série de medidas de porte e grande penetração, cujos reflexos terão de ser analisados e observados no decorrer dos próximos meses. Optou por desindexar a economia, mudando um sistema vigente há mais de vinte anos, desde a instituição da correção monetária, em 1965, no governo Castello Branco. Congelou os preços, transformou o povo em fiscal e, na verdade, politicamente, jogou sua cartada decisiva, no momento em que se aproximava de um ano de mandato. Evidentemente, o panorama político se alterou repentinamente, passando o quadro partidário a ter suas reações condicionadas ao sucesso do elenco de medidas governamentais.

O novo sistema, sem dúvida dos mais arriscados — e o presidente Sarney decidiu corajosamente correr o risco —, prevê, como se sabe, a redução gradativa de prestações e encargos assumidos a prazo pelos consumidores e contribuintes. É a

forma que o Governo encontrou de compensar a perda salarial verificada pela implantação da reforma ampla, inegavelmente ponderável. O programa habitacional espera regulamentação mais concreta, e clara, da mesma forma que alguns outros setores. Afinal, no plano da dívida social, encontramos-nos em um País cujo déficit de moradia certamente situa-se entre sete a oito milhões de unidades envolvendo entre 35 milhões a 40 milhões de habitantes. Há subnutrição, tanto que o Governo lançou o programa Primeiro a Criança, através da LBA, para enfrentar o problema. Há evasão escolar. A produção de alimentos encontra-se estagnada há alguns anos, mas a população, claro, continua crescendo. Este fenômeno, inclusive, reflete-se diretamente na escala dos preços agrícolas, uma vez que há uma demanda crescente para a mesma oferta estacionada de gêneros alimentícios. Dai, sobretudo, a necessidade inadiável de executar-se concretamente uma reforma agrária, nos moldes inclusive do projeto do senador Roberto Campos, aprovado em 1964, para desatar o nó de uma questão que atravessa o tempo à espera de soluções.

A decisão agora tomada pelo presidente Sarney visa, também, a reduzir o impul-

so especulativo em torno do capital, procurando conduzi-lo ao patamar de investimentos no esquema da produção, a fim de, no que está certo, gerar mais empregos, ampliar o consumo de bens, e através do tempo procurar reduzir o seu preço por uma oferta maior. Perfeito. As taxas do overnight, que superavam a escala de vinte por cento ao mês, caíram para um por cento. Esta aplicação, até mesmo pelo aspecto psicológico, ficou pouco atraente, ainda que a inflação desça a zero. Mas é preciso observar que as taxas de juros bancários até aqui não foram comprimidas. Certamente o serão. Tampouco poderão deixar de ser. Pois estão elas na escala de quinze por cento, pelo menos. Elas já estavam nesse patamar, porém é preciso considerar que os bancos remuneravam as contas de poupança — cujo montante deve andar em torno de 120 trilhões de cruzeiros, ou 120 bilhões de cruzados — ao mesmo nível. Se agora não for estabelecido um diferencial razoável, evidentemente a rede bancária concentrará ainda recursos muitos superiores em relação àqueles que já concentrava normalmente.

De qualquer forma, no fundo do problema, o presidente Sarney, politicamente, optou, escolheu um caminho, uma direção, definiu-se por uma política econômica. E nessa política econômica jogou o destino também político de seu Governo.